

## Prefácio

Num tempo educativo em que se enfrenta, também a partir de medidas legislativas concretas, a necessidade das escolas portuguesas responderem aos desafios de um mundo onde se exigem outros modos de ser, de estar e de intervir, precisamos de pensar sobre o que se tem feito nas escolas, sobre o que temos, mas também sobre o que se pode, ainda, fazer nas escolas.

Entendo como muito importante esta obra porque corresponde a uma reflexão em processo, iniciada num seminário que o Instituto de Educação da Universidade do Minho organizou, em 2018, e que prossegue, agora, com a escrita de oito textos que permitirão ampliar a referida iniciativa no tempo e abrangendo todos os poderes aprofundar a sua reflexão a partir destes textos. Se esta pode ser uma primeira qualidade do livro que nos chega às mãos, importa valorizar uma segunda qualidade e que tem a ver com a proveniência dos autores dos mesmos.

Estamos perante textos de decisores políticos, responsáveis pelas iniciativas legislativas que se discutem nesta obra, mas também por textos da autoria de académicos reconhecidos pelo trabalho que têm vindo a desenvolver no campo que estuda esses tipos de iniciativas. Isso permite-nos, por um lado, aceder ao domínio das intenções, motivações e fundamentos das mudanças em curso, introduzidas tanto pelo Decreto-Lei nº 54/2018, como pelo Decreto-Lei nº 55/2018 e, por outro, aceder, igualmente, a abordagens que visam interpelar as mudanças propostas pelos novos normativos legais.

Neste sentido, estamos perante testemunhos de atores implicados, de diferentes modos, no tempo educativo em que todos vivemos, e em simultâneo perante uma reflexão sobre este mesmo tempo. Reflexão esta que se saúda, na medida em que se torna imperioso contrariar o otimismo de quem, parafraseando Almada Negreiros, possa tender a acreditar que as frases que irão salvar toda a humanidade já estão todas as escritas, só faltando

salvar a humanidade. Na verdade, quer o projeto-piloto relacionado com a Autonomia e Flexibilidade Curricular, promovido em 2017/2018 em cerca de 230 agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas deste país, quer as iniciativas que desde setembro de 2018 têm vindo a ser desenvolvidas, agora por todos os restantes agrupamentos e escolas, demonstram que há, afinal, palavras por inventar e por escrever. Daí que seja necessário agir e refletir sobre tais iniciativas, sabendo-se que estamos perante um processo muito exigente que é atravessado por tensões inevitáveis, derivadas de leituras do mundo distintas e que explicam opções educativas, curriculares, pedagógicas e didáticas diversas que, mais do que um problema, terão de ser percecionadas como condição da vida em sociedades que se afirmam como democráticas.

A terceira qualidade desta obra pode ser encontrada no modo como através da mesma se confere visibilidade aos equívocos, aos dilemas e à complexidade da mudança educativa paradigmática em que o sistema educativo português se encontra envolvido.

Espero que o exemplo da iniciativa, que através deste livro se revela, frutifique e se amplie, permitindo conferir existência a ações e a ideias, a debates ou a interpelações que a realidade suscita. Será esta uma quarta qualidade deste livro quando nos mostra a necessidade da exigência e do rigor que nos possam conduzir a evitar os labirintos das teses diletantes ou das abordagens paroquiais, cujo maior problema não é tanto o de valorizar os casos particulares como objeto de reflexão mas o de produzir generalizações abusivas para impor perspetivas que só geram ruído, evitando as reflexões consequentes.

Ainda que esta seja uma tarefa árdua, é um desafio que teremos de enfrentar com coragem cívica, rigor intelectual, compaixão cosmopolita e consequente, acrescida de bom senso produtivo, sabendo-se que estamos perante um desafio político crucial que tem a ver tanto com a necessidade de preservarmos a democracia, tanto como modo de governação e de vida, como de a aprofundarmos para que todos e cada um possam usufruir de uma vida mais plena porque ocorre numa sociedade mais justa e equitativa.

Gondomar, 27 de janeiro de 2019  
Ariana Cosme